

Expansão das universidades no Brasil e o papel social das novíssimas instituições

Expansion of universities in Brazil and the social role of brand-new institutions

Expansión de las universidades en Brasil y el papel social de las nuevas instituciones

Leonardo Barbosa e Silva

Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

barbosaesilva.leonardo@ufu.br | <http://orcid.org/0000-0002-1528-1445>

Rafaela Rodrigues Martins

Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

rafaela.martins1504@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-3946-6591>

Resumo

Este estudo analisa o processo de expansão das universidades federais brasileiras a partir do programa REUNI. Utilizando um recorte de idade das instituições, objetivou descobrir se a expansão foi insensível aos direitos sociais, corroborando ou não as críticas iniciais. Para tanto, utilizou de abordagem quantitativa com pesquisa documental sobre os dados de composição demográfica, orçamento (previsão e execução) e cobertura da assistência estudantil, além de índices de evasão. Concluiu-se que as universidades criadas no REUNI têm uma composição demográfica mais popular, receberam e executaram maiores orçamentos per capita, possuem coberturas de assistência maiores e os assistidos evadem proporcionalmente menos.

Palavras-chave: Educação superior. Expansão educativa. Desigualdades sociais. Direito à educação. Evasão.

Abstract

This study analyzes the expansion process of Brazilian federal universities based on the REUNI program. Using an age range of institutions, the aim was to discover whether the expansion was insensitive to social rights, corroborating the initial criticisms or not. To this end, it used a quantitative approach with documentary research on data on demographic composition, budget (forecast and execution) and student assistance coverage, in addition to dropout rates. It was concluded that the universities created in REUNI have a more popular demographic composition, received and executed larger per capita budgets, have greater assistance coverage and those assisted drop out proportionally less.

Keywords: Higher education. Educational expansion. Social inequities. Right to education. Dropout.

Resumen

Este estudio analiza el proceso de expansión de las universidades federales brasileñas a partir del programa REUNI. Utilizando un rango de edad de las instituciones, se pretendía descubrir si la expansión fue insensible a los derechos sociales, corroborando o no las críticas iniciales. Para ello, utilizó un enfoque cuantitativo con investigación documental sobre datos de composición demográfica, presupuesto (previsión y ejecución) y cobertura de asistencia estudiantil, además de tasas de deserción. Se concluyó que las universidades creadas en REUNI tienen una composición demográfica más popular, recibieron y ejecutaron mayores presupuestos per cápita, tienen mayor cobertura asistencial y los asistidos desertan proporcionalmente menos.

Palabras clave: Educación superior. Expansión educativa. Diferencias sociales. Derecho a la educación. Evasión.

Artigo recebido em: 18/09/2023 | Aprovado em: 04/07/2024 | Publicado em: 24/07/2024

Como citar:

SILVA, Leonardo Barbosa e; MARTINS, Rafaela Rodrigues. Expansão das universidades no Brasil e o papel social das novíssimas instituições subtítulo do artigo. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 14, p. 1-18, e42197, 2024. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2024.v14.42197>.

1 Introdução

O sistema educacional superior brasileiro foi historicamente caracterizado por sua natureza elitista. Para revertê-la, nos primeiros anos do século XXI, no segundo governo Lula, foi implementado o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conhecido pela sigla Reuni (Brasil, 2007a). Suas metas globais dividiam-se na ampliação da taxa de conclusão e da relação quantitativa entre docentes e discentes. Já suas diretrizes combinavam o enfrentamento da evasão, a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica, a diversificação das modalidades de graduação, a ampliação das políticas de inclusão e a articulação entre níveis de ensino.

A implementação da expansão enfrentou resistências relevantes no interior das instituições. Argumentos críticos apontavam o risco de precarização do trabalho, de precarização do ensino, de uma expansão meramente quantitativa, preocupada com indicadores de empregabilidade do Banco Mundial, indiferente aos direitos sociais e com típico caráter de contrarreforma (ANDES, 2013; Cislighi, 2011; Léda; Mancebo, 2009; Martoni, 2016).

Passados quinze anos da publicação do decreto de sua institucionalização, trabalhamos com o seguinte problema: há sinais relevantes de que Reuni foi indiferente à necessidade de inclusão social? Para responder à questão, decidimos pelo objetivo de averiguar indicadores sociais importantes relativos ao perfil socioeconômico de discentes, orçamentos e coberturas da assistência estudantil e as taxas de desvinculo e de conclusão.

O artigo foi dividido em quatro partes, além desta introdução, correspondendo à apresentação da metodologia, a discussão teórica, a apresentação e análise dos resultados e as conclusões. Metodologia, Resultados, Discussão, Considerações finais.

2 Metodologia

Para atingir os objetivos mencionados, a pesquisa valeu-se de abordagem quantitativa com pesquisa documental. A princípio, foi realizado o levantamento e revisão de parte da bibliografia sobre educação superior, assistência estudantil e orçamento público. Em seguida, analisamos documentos oficiais como a Leis Orçamentárias Anuais (LOA) (Câmara de Deputados Federais, 2022) entre os anos 2010 e 2021, para cada uma das universidades federais, tendo como base o levantamento de dados sobre os orçamentos aprovados para as universidades federais brasileiras, especificamente para o Pnaes (Brasil, 2007b, 2010). Também foram levantados os valores gastos com a rubrica Assistência Estudantil (de número 4002) a partir da visita ao Painel do Orçamento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) (Ministério da Economia, 2022) para os mesmos anos.

Em relação ao levantamento de dados relativos à cobertura do programa de assistência estudantil para jovens universitários e do volume de estudantes evadidos anualmente, foi realizada a análise de microdados das edições do Censo da Educação Superior entre os anos de 2010 e 2020 (INEP, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2022). Diferentemente dos dados constantes nas LOAs e no SIOP, os dados do INEP possuem fragilidades que dificultaram as

análises. Destaque pode ser dado ao número de estudantes que acessaram algumas das ações de assistência estudantil dentro da variável “Apoio Social”. Há casos em que os quantitativos não foram informados, noutros são superdimensionados (igualando-se ou quase ao contingente total de discentes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES) e, por fim, aqueles subdimensionados (contingentes próximos a zero). Fizemos o contato com as instituições para buscar os dados mais confiáveis, sobretudo levando em consideração o fato de que na lista de instituições com fragilidades em seus dados estavam algumas universidades de grande porte. Todavia, diante do insucesso da empreitada, optou-se por analisar os dados tal como estão, entretanto, não utilizar médias, mas sim medianas, assim como evitar valores absolutos para essa variável e outras criadas a partir dela.

Deste modo, construiu-se uma planilha com três pastas. A primeira contemplou o orçamento, registrando os volumes da Orçamentários aprovados em lei – nominais e reais em preços de dezembro de 2021 - e os volumes orçamentários gastos – nominais e reais em preços de dezembro de 2021. A segunda registrou o volume de estudantes cobertos pelas ações de Assistência Estudantil para cada uma das IFES indicado pela variável do Censo denominada Apoio Social, compreendendo as ações de moradia, alimentação, transporte, bolsa permanência, bolsa trabalho e apoio material didático. Por fim, a última armazenou os volumes de evasão por instituição presentes no Censo e que respondem aos casos de “Desvinculado do Curso” na variável “Situação Acadêmica”. Para todos os módulos foram usadas variáveis de recorte como região ou idade da instituição.

Sendo assim, para analisar o objeto de pesquisa recortado pelo orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil, pela extensão da cobertura do programa e das estatísticas de evasão, optou-se por seccionar o coletivo de universidades federais por suas idades de credenciamento junto ao Ministério da Educação (Brasil, 2022), priorizando a investigação daquelas universidades que denominamos de novíssimas – instituições criadas após o ano de 2007, ou seja, instituições criadas a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Quadro 1: Universidades Federais brasileiras de acordo com o ano de credenciamento como instituição federal de ensino superior

Tipo	Período	Instituições
Pioneira	1900-1960	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) Universidade Federal da Bahia (UFBA) Universidade Federal do Paraná (UFPR) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) Universidade Federal do Ceará (UFC) Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) Universidade Federal do Pará (UFPA) Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

		<p>Universidade Federal Fluminense (UFF) Universidade Federal de Goiás (UFG) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)</p>
Intermediária	1961-1989	<p>Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (posteriormente denominada UFCSPA) Universidade de Brasília (UNB) Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Universidade Federal de Lavras (UFLA) Universidade Federal de Sergipe (UFS) Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) Universidade Federal do Piauí (UFPI) Universidade Federal de Viçosa (UFV) Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Universidade Federal do Rio Grande (FURG) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Universidade Federal do Acre (UFAC) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Universidade Federal de Roraima (UFRR) Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)</p>
Nova	1990-2006	<p>Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Universidade Federal Tocantins (UFT) Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) Universidade Federal do ABC (UFABC) Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)</p>
Novíssima	2007-...	<p>Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Universidade Federal de Cariri (UFCA) Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)</p>

		Universidade Federal de Catalão (UFCat) Universidade Federal de Jataí (UFJ) Universidade Federal Rondonópolis (UFR) Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
--	--	---

Fonte: Elaboração dos autores (2022) a partir do sistema e-Mec.

Como se sabe, foi no início do século XX que inauguramos o modelo universitário brasileiro, buscando superar as tradicionais escolas isoladas. Do início do século até os anos 1960, decidiu-se convencionar o período como aquele relativo ao nascimento do sistema universitário brasileiro e as instituições nele nascidas foram denominadas de pioneiras (26). A partir da Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, sobretudo depois do Golpe Civil e Militar de 1964, o ritmo e a natureza da criação de instituições se alteram, abrindo nova fase. As instituições nascidas neste período serão denominadas de intermediárias (18). No entanto, os anos 1990 também parecem alterar a tendência de regulação e expansão universitária, trazendo à baila o ideário neoliberal, o forte apego ao ajuste fiscal e a identificação do Estado com o problema e o mercado com a solução (Anderson, 1995; Cano, 1999). As universidades criadas em pleno ambiente neoliberal e até às vésperas da criação do Reuni, foram chamadas de novas (10). E de novíssimas (15) aquelas originadas a partir deste programa.

Antes de finalizar esta seção, seria zeloso alertar que algumas das chamadas novíssimas Universidades não foram criadas na vigência do Reuni. Este é o caso daquelas nascidas depois de 2013 (UFCat, UFJ, UFR, UFAPE, UFDPAr e UFNT). Com nascimento posterior ao programa (2018 ou 2019), elas não tiveram seus dados computados para efeito de análise.

3 Sobre a expansão recente das universidades federais

Este trabalho parte da compreensão de que o arcabouço jurídico nacional e internacional consagrou a educação, incluindo a educação superior, como um direito humano (Mccowan, 2015, 2020; Papparini, 2019). Em sociedades extremamente desiguais, o acesso à fruição desse direito por parte dos grupos mais vulneráveis é, normalmente, restrito. Para minorar a restrição, vários governos no mundo, sobretudo a partir do século XX, buscaram massificar a educação superior (Tremblay; Lalancette; Roseveare, 2012; Trow, 2007).

No Brasil, as primeiras instituições de educação superior foram fundadas no início do século XIX, entretanto as primeiras universidades somente vieram à luz cem anos depois. Desde seu surgimento, o sistema educacional de nível superior foi marcado pela elitização do acesso, absorção do modelo napoleônico e pela agregação de escolas superiores (Fernandes, 2020; Ribeiro, 1975; Saviani, 2010; Teixeira, 1989). A restrição ao acesso tem sido medida pelo indicador Taxa Líquida de Matrícula que estabelece a relação entre o número de matrículas de discentes entre 18 e 24 anos e a população nacional de mesma idade.

Para dados de 2015, o Brasil figurava entre os países com os mais baixos índices na América Latina (18,3%), atrás do Chile (38,5%), do Peru (33,8%), da Argentina (32,3%), da Costa Rica (31,1%), Bolívia (30,9%), da República Dominicana (26,0%), do Panamá (25,9%), da Colômbia (25,3%), do México (25,3%), do Paraguai

(25,3%), do Uruguai (23,4%), do Equador (21,2%) e da Venezuela (19,7%) (UNESCO, 2022). Em 2020, o país alcançou 23,8% de sua população matriculada em idade de 18 a 24 anos (Todos pela Educação, 2020).

Como aponta a bibliografia especializada, o acesso à educação superior brasileira é ainda mais desigual quando se observam os marcadores sociais de renda e raça. De volta ao ano de 2015, pode-se afirmar que metade dos (as) estudantes universitários (as) estavam nos três mais abastados decis de renda. Muito embora seja alarmante, deve-se reconhecer que vinte anos antes os mesmos três decis mais endinheirados representavam 80% do total do corpo discente (Almeida de Carvalho *et al.*, 2018).

Para a raça, sabe-se que em 2001, a população negra no Brasil compreendia 46% do total, entretanto correspondia a 21,9% do corpo discente universitário. Em 2015, pessoas autodeclaradas negras eram 53,4% e sua representação entre graduandos (as) era 43,5% (Oliveira, 2019). Os percentuais são inequívocos para apontar para duas constatações: a) a primeira indica que a participação negra nas universidades vem crescendo no século XXI; b) a segunda indica que, não obstante se observe o crescimento, as universidades ainda são mais brancas do que a sociedade brasileira, com dez pontos percentuais de distância entre as representações da população em geral e o contingente universitários (as).

Mobilizando o critério regional, o estudo de Ana Luíza Matos de Oliveira aponta que também há desproporção entre a representação populacional e a representação no corpo discente, destacando que as regiões sul e centro-oeste são sobrerrepresentadas e a região nordeste é sub-representada (Oliveira, 2019).

Tem-se, portanto, que uma das marcas fortes da nossa educação superior é a desigualdade de acesso, em especial para os critérios de renda, raça e região. Todavia, é possível perceber mudanças relevantes. As transformações nos critérios e condições do acesso à educação superior ocorreram de forma mais significativa nos anos 2000, com avanços e recuos importantes, que neste artigo se abordará com recorte exclusivo para as universidades federais.

A primeira grande novidade foi a implementação do Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Elaborado para democratizar o acesso e a permanência de estudantes na educação superior e conseqüentemente, auxiliar no combate a evasão, o programa foi instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007a). Parte da bibliografia que avaliou seus resultados aponta que ele deixou um legado quantitativo e qualitativo de relevo, ainda que se considere que os efeitos sobre as desigualdades sociais e desigualdades educacionais ainda são controversos (Barbosa *et al.*, 2019; Balbachevsky *et al.*, 2019). Observando os registros administrativos, entre 2003 e 2013, o sistema federal ampliou o número de vagas (de 109 mil para 307 mil), de matrículas (de 500 mil para 912 mil), de cursos (de 16 mil para 32 mil), de campi (de 148 para 312), de instituições (de 48 para 63) e de municípios cobertos (de 114 para 275) (Brasil, 2014). E ainda, levou universidades para regiões desprovidas do equipamento social, para regiões de fronteira e criou instituições temáticas (Marques; Cepêda, 2012; Ristoff, 2016).

A dimensão qualitativa da expansão interessa particularmente a este trabalho, em especial a criação de universidades em regiões sem estes

equipamentos sociais. Elas foram instaladas em regiões do semiárido, de floresta, de fronteira, de grande ocupação de povos originários e longe das metrópoles nacionais. Por sua própria natureza, não puderam aproveitar estruturas maduras adequadas e processos próprios de trajetórias assentadas no tempo. Tiveram que inaugurarlos. Assim, além do que a bibliografia já apontou como legado, pode-se acrescentar o fato de que o perfil etário das instituições ganhou um novo estrato de instituições, as criadas a partir do Reuni.

Importa destacar que ainda se sabe pouco sobre os resultados do Reuni, em especial, nas regiões com maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica. Estudos apontam para a redução do número de pobres (Casqueiro; Irffi; Silva, 2020), assim como a ampliação da renda domiciliar per capita das famílias e a redução das taxas de fecundidade, principalmente em municípios menores (Niquito; Ribeiro; Portugal, 2018). No entanto, alertam para a necessidade de mais tempo de amadurecimento dos resultados e outras pesquisas.

Por outro lado, é preciso reconhecer que o Reuni não foi a única política governamental com impacto no acesso ao direito à educação superior no início do século. Ele foi contemporâneo ao Sistema de Seleção Unificado (SISU) (Brasil; Educação; Ministério da Educação, 2012), à Lei de Cotas (BRASIL, 2012) e ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2007b, 2010).

Essas políticas permitiram maior mobilidade espacial para o ingresso nas universidades federais, reservaram vagas para estudantes com origem em escola pública e, complementarmente, com marcadores de renda, raça e deficiência, e, por fim, ampliaram o ferramental de proteção social para discentes em condições de vulnerabilidade. O resultado que daí decorre está estampado em várias pesquisas e estas comprovam que as universidades federais hoje são mais populares e negras (FONAPRACE/ANDIFES, 2019; Oliveira, 2019).

Porém, a confluência virtuosa de políticas públicas que ampliou o acesso e a permanência encontrou um cenário difícil de evolução, sobretudo a partir dos constrangimentos orçamentários impostos pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, 2016). A referida emenda cristalizou na Carta Magna o teto dos gastos públicos, estabelecendo-o no patamar dos valores reais dos gastos de 2016. Deste modo, o crescimento orçamentário de cada ano futuro estaria limitado à inflação do ano anterior, sem qualquer ganho real. Com efeito, qualquer gasto setorial incrementado deverá ter como contraparte uma redução noutra rubrica. Para um país com severos problemas sociais e um Estado que não consegue garantir a fruição dos direitos elementares, o teto dos gastos ameaça seriamente a ampliação da dignidade, o desenvolvimento econômico e a justiça social.

Para o caso específico do orçamento destinado à assistência estudantil (Pnaes), o gráfico 1 comprova como a Emenda Constitucional nº 95/2016 constituiu-se como o ponto de inflexão do suporte financeiro para a proteção social nas Universidades. Para uma visualização mais detalhada do fenômeno, o gráfico possui valores da Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada no ano fiscal anterior e os valores executados no ano fiscal vigente. Todos os valores foram atualizados a preços de dezembro de 2021.

Gráfico 1: Orçamentos do Pnaes LOA e Executado reais a valores de dezembro de 2021 - 2008-2021



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SIOP – Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - (<https://www.siop.planejamento.gov.br/>) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os valores dão conta de que o financiamento crescente da proteção social nas universidades federais foi interrompido e apresenta quedas sucessivas desde 2016. Com destaque para o fato de que os valores executados em 2021 são inferiores aos valores executados em 2012, ano de implementação da Lei de cotas. Ora, se com reserva de vagas a demanda por proteção social se ampliou drasticamente, levar o orçamento para um patamar anterior à lei de cotas significa deixar sem cobertura boa parte da demanda nova que ingressou a partir de 2013.

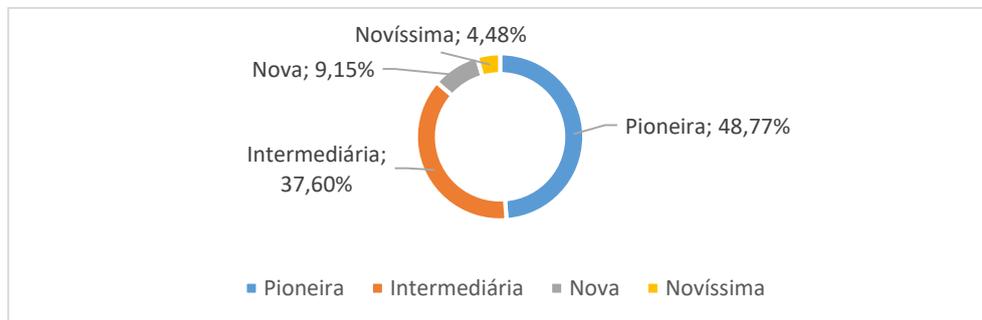
Por tudo o que se viu até o momento, tem-se como síntese que o Brasil constituiu em sua história recente um sistema de ensino superior elitista e desigual. Durante os governos Lula e Dilma, o sistema se expandiu e, para o caso do sistema federal, ganhou políticas de democratização do acesso e da permanência. No entanto, a partir da Emenda Constitucional 95/2016 o estrangulamento dos recursos tem posto em risco os avanços. Vejamos agora como as instituições criadas a partir do Reuni se comportaram no que tange à composição demográfica, cobertura da e orçamento da Assistência Estudantil, e diplomações / desvínculos ou evasões.

4 O papel das novíssimas universidades federais

Para analisar o objeto de pesquisa recortado pelo orçamento do Pnaes, pela extensão da cobertura do programa e das estatísticas de evasão/diplomação, optou-se por seccionar o coletivo de universidades federais por suas idades. Ainda que de forma arbitrária, o recorte buscou respeitar os movimentos de expansão e regulação do sistema universitário.

Em números de 2019, pode-se afirmar que discentes das universidades federais somava 1.397.029 estudantes, quase metade (48,77%) encontrava-se em instituições pioneiras, 37,60% nas Intermediárias, 9,15% nas Novas e 4,48% nas Novíssimas, como se pode conferir no Gráfico 2.

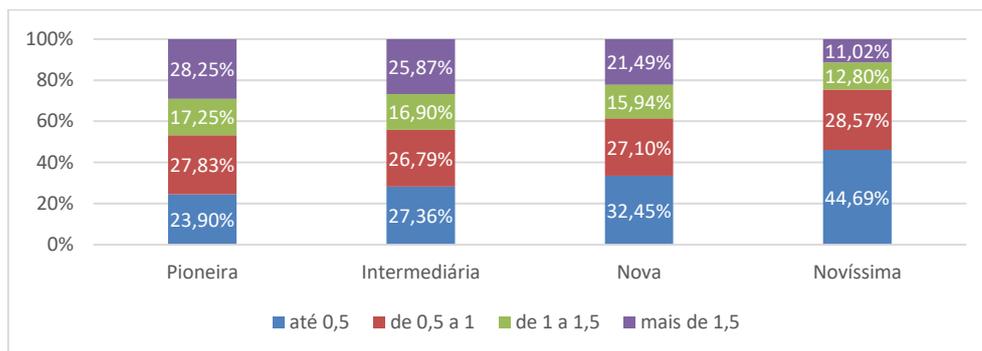
Gráfico 2: Percentual de estudantes nas Universidades Federais brasileiras em 2019 conforme idade da instituição



Fonte: Elaboração própria (2022) a partir de dados do Censo da Educação Superior.

Estudantes não formam uma categoria social homogênea. Como já é sabido de longa data, as iniquidades educacionais acompanham o corpo discente (Bourdieu; Passeron, 2018). Assentados em mais de 300 campi espalhados pelo país, discentes das universidades federais brasileiras é marcadamente desigual do ponto de vista da renda per capita mensal familiar.

Gráfico 3: Percentual de estudantes das IFES por faixa de renda familiar per capita mensal conforme idade da instituição (em salários-mínimos) – 2018



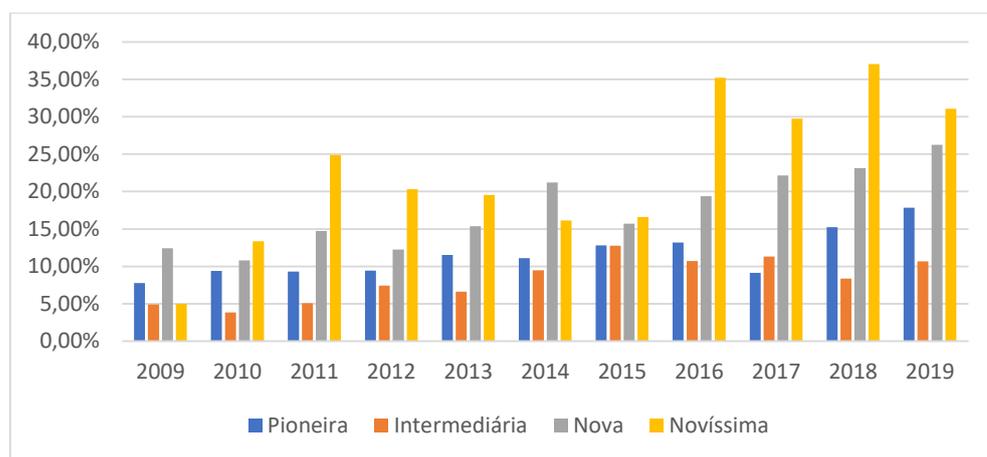
Fonte: Elaboração própria (2022) a partir dos dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES/FONAPRACE) de 2018.

Usando os estratos típicos das avaliações socioeconômicas da assistência estudantil nas universidades federais, que segmenta o público entre rendas de 0 a meio salário-mínimo (S.M.), de mais de meio a um S.M., de mais de um a um e meio S.M. e mais de um e meio S.M., pode-se observar que, para todas as idades das instituições, a maioria de estudantes vive com até um e meio salário-mínimo. Ou seja, de acordo com o gráfico 3, a maior parte do corpo discente encontra-se entre aqueles (as) que o Pnaes define como público-alvo da assistência estudantil para o critério de renda per capita.

No entanto, cabe destacar que ao observar separadamente cada perfil etário das instituições, descobre-se que quanto mais nova a universidade, maior é o público-alvo a ser assistido. Chegando ao ponto de as Novíssimas terem quase a metade de seus (as) estudantes vivendo com até meio salário-mínimo. Fração quase duas vezes maior do que aquela encontrada entre as instituições Pioneiras. Daqui se constata que a expansão conferida pelo Reuni criou universidades cujo acesso é muito mais popular do que duas congêneres.

A resposta institucional para a permanência de discentes em situação de vulnerabilidade, como dito, é dada pelo Pnaes. Cada universidade, valendo-se das regras gerais do Programa, pode estabelecer critérios próprios de seleção do público-alvo. O gráfico 4 trata exatamente desses volumes cobertos.

Gráfico 4: Medianas de cobertura da Assistência Estudantil das IFES conforme idade das instituições - 2008 - 2020



Fonte: Elaboração própria (2022) a partir dos dados do Censo da Educação Superior (INEP).

Como se pode observar, as Novíssimas universidades federais são as instituições com as maiores coberturas de proteção social a discentes vulneráveis na maioria dos anos pesquisados. Em termos de medianas, tem-se as Pioneiras com cobertura de 11,52%, as Intermediárias em 8,28%, as Novas em 17,58% e as Novíssimas em 22,63%.

Para que a cobertura se efetive, o Pnaes disponibiliza recursos do Tesouro Nacional anualmente destinados às universidades federais. A partilha do fundo é regida por uma matriz cujas variáveis determinantes são o “aluno-equivalente”, a existência de campus fora de sede e o índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM). Os valores são disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e gastos de acordo com o processo de liberação por parte do governo federal e a decisão discricionária da universidade.

Tabela 1: Médias de LOAs do Pnaes (valores reais) e LOAs executadas do Pnaes (em valores reais) por idade das IFES de 2009 a 2019 - preços de dezembro de 2021.

Idade	LOA real per capita	LOA real Executada per capita
Pioneira	R\$ 811,70	R\$ 708,05
Intermediária	R\$ 734,76	R\$ 648,62
Nova	R\$ 815,79	R\$ 691,69
Novíssima	R\$ 1.046,90	R\$ 996,38

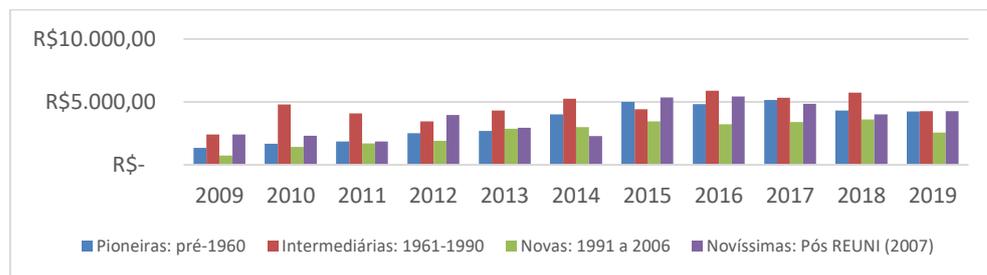
Fonte: Elaboração própria (2022) a partir dos dados do SIOP – Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - (<https://www.siop.planejamento.gov.br/>) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Quando se reúne todo o orçamento anual (previsto ou executado) do Pnaes para cada universidade e se divide pelo número de estudantes matriculados (as), se obtém o valor per capita, permitindo perceber quantos reais por estudante estavam disponíveis e quantos foram efetivamente gastos, tal como se pode observar na Tabela 1. Os valores médios indicam novamente que as universidades

novíssimas foram aquelas que, proporcionalmente ao contingente de discentes de graduação, recebeu e executou maior volume de recursos por estudante.

No entanto, o mesmo volume orçamentário (previsto ou executado) observado à luz do quantitativo de discentes cobertos permite visualizar o recurso para cada discente selecionado entre o público-alvo e assistido pelo programa. Ao final, sabe-se quantos reais cada discente coberto recebeu anualmente. O Gráfico 5 disponibiliza visualmente a comparação entre as instituições no intervalo temporal estudado.

Gráfico 5: Medianas do Orçamento Real Executado do Pnaes por estudante coberto pela Assistência Estudantil conforme idade da IFES - 2009 - 2019



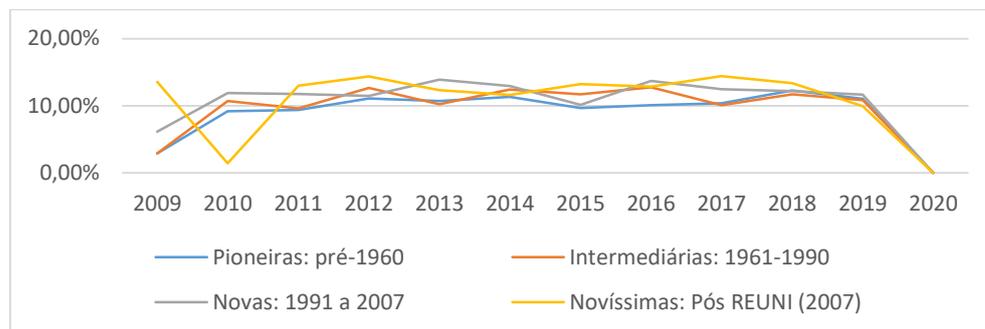
Fonte: Elaboração própria (2022) a partir dos dados do SIOP – Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - (<https://www.siop.planejamento.gov.br/>) e do Censo da Educação Superior (INEP).

Somente nos anos de 2012, 2015 e 2019 as universidades Novíssimas se colocaram como aquelas que disponibilizaram maior quantidade de recursos por estudante assistido (a), sendo superada nos demais anos, principalmente pelas instituições Intermediárias. É provável que a explicação para o fato de as Novíssimas universidades não liderarem este quesito tenha relação com o volume maior de discentes cobertos, denominador que quando elevado reduz o valor final da per capita.

Por fim, o último critério analisado na pesquisa foi o percentual de desvínculos. Cabe destacar que, muito embora se tenha gerado dados sobre a diplomação, optou-se por não os trazer para o texto pois as instituições Novíssimas, por sua pouca idade, teriam cursos com discentes ainda sem turma concluinte, o que poderia enviesar demasiadamente os dados. No entanto, o uso dos desvínculos (ou, de forma pouco rigorosa, da evasão) não portaria o mesmo viés, uma vez que se sabe do peso dos primeiros anos do curso na perda de discentes, mesmo para instituições de mais idade.

Observando o Gráfico 6, pode-se perceber que, em geral, entre dez e quinze por cento de discentes matriculados perdem seus vínculos por ano. Esta perda é capitaneada por instituições Novas ou Novíssimas, todavia as diferenças entre todas elas não são tão grandes, o que faz com que visualmente constituam um movimento razoavelmente próximo.

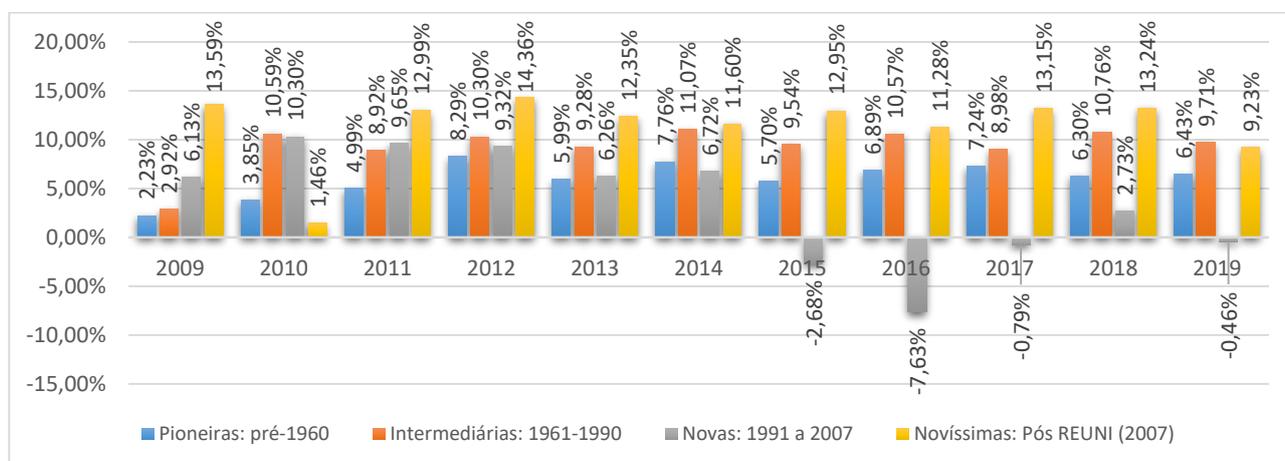
Gráfico 6: Medianas de estudantes desvinculados conforme idade da IFES - 2009 - 2020



Fonte: Elaboração própria (2022) a partir dos dados do Censo da Educação Superior (INEP).

O dado curioso emerge quando se separam estudantes com e sem a cobertura da assistência estudantil. Este exercício já foi feito por outros trabalhos que desejavam comprovar que a assistência estudantil está associada a taxas menores de evasão (Andrade; Teixeira, 2017; Barros, 2022; Cespedes *et al.*, 2021; Rafaela de Almeida, 2019). Tal como lá, aqui também se pode registrar que estudantes cobertos pela proteção social nas universidades federais apresentam taxas de evasão inferiores.

Gráfico 7: Diferença em pontos percentuais entre os percentuais de desvinculados gerais e desvinculados com cobertura da Assistência Estudantil das IFES - 2009-2019



Fonte: Elaboração própria (2022) a partir dos dados do Censo da Educação Superior (INEP).

O Gráfico 7 traz a diferença em pontos percentuais entre percentual de estudantes desvinculados durante um ano com cobertura e sem cobertura da assistência estudantil. Note-se que, entre 2009 e 2019, quase todas as faixas etárias das IFES apresentaram uma diferença positiva para estudantes cobertos. Reforça-se aqui, portanto, o que outros estudos já apontavam. Entretanto, há um outro aspecto no mesmo gráfico que também merece destaque. Em quase todos os anos, as Novíssimas universidades federais foram aquelas que apresentaram as maiores diferenças. Em termos de medianas durante os anos, tem-se que as instituições Pioneiras apresentaram uma diferença média de 5,97%, as Intermediárias de 9,33%, as Novas de 3,60% e as Novíssimas de 11,47%.

Desta forma, os dados parecem corroborar a ideia de que a abertura de instituições federais de ensino em regiões de grande vulnerabilidade socioeconômica, associada a políticas de democratização do acesso e da permanência, ampliam a chance de fruição do direito à educação dos estratos mais empobrecidos.

5 Considerações Finais

Os resultados do estudo aqui apresentados, partiram da análise de um aspecto específico do processo de expansão das universidades federais no Brasil. A totalidade das instituições foi recortada por idade para que se pudesse observar diferenças entre aquelas criadas a partir do REUNI e aquelas anteriores ao programa. Foram mobilizados critérios orçamentários (previsão e execução) do PNAES, a cobertura do programa de assistência estudantil e os percentuais de evasão por ano.

As constatações apontaram que aquelas instituições denominadas Novíssimas, criadas após 2007, além de se estruturarem em regiões não metropolitanas, desprovidas de tal equipamento social, também apresentam as composições demográficas mais populares, com boa parte de seus (suas) graduandos (as) dentro do público-alvo da assistência estudantil. Além disso, tais universidades foram aquelas que, proporcionalmente à sua população matriculada na graduação, receberam e executaram o maior volume de recursos por estudante. Com efeito, conseguiram gerar os maiores índices de cobertura do Programa Nacional de Assistência Estudantil e os menores índices de evasão para o público assistido. Resta claro que tais constatações indicam que o Reuni, associado às políticas de democratização do acesso e da permanência, ampliaram as condições de fruição do direito à educação para uma população que se encontra na base da pirâmide social do país. Portanto, pode-se contestar as críticas apriorísticas de que o Reuni era insensível aos direitos sociais e comportava-se como mais um programa regressivo de contrarreforma na educação superior do Brasil. Isto não implica que o programa tenha atingido seus objetivos ou não tenha produzido outros efeitos negativos, pois os dados aqui apresentados não conferem condição de concluir nesta direção e requerem outros estudos para seu aprofundamento.

Referências

- ANDES. Carta ao Leitor. **Dossiê Nacional 3 - Precarização do trabalho docente II**, Brasília, p. 1–1, 2013.
- ANDRADE, Ana Maria Jung De; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 512–528, 2017. DOI: 10.1590/S1414-40772017000200014. Acesso em: 27 out. 2022.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth; Sampaio, Helena; Andrade, Cibele Yahn de. Expanding access to higher education and its (limited) consequences for social inclusion: The Brazilian experience. **Social Inclusion**, 7(1), 7–17, 2019.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira, PIRES, André, DWYER, Tom. Higher Education, Development, and Inequality in Brazil and South Africa. **Changing Societies & Personalities**, 2(4), 366–392. 2018.

BARROS, CSO. **Influência do plano nacional de assistência estudantil sobre indicadores de desempenho acadêmico**, evasão e retenção dos discentes cotistas no período da. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24517>. Acesso em: 27 out. 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. Disponível em: <http://www3.uma.pt/alicemendonca/2cedii.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasil, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Portaria normativa nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Brasília, Brasil, dez. 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_Pnaes.pdf. Acesso em: 22 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasil, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 9 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, Brasil, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 out. 2020. Acesso em: 9 abr. 2017.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília. [2015]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 7 abr. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95/2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasil, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 7 abr. 2019.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL; EDUCAÇÃO, Ministério Da; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 21 de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu. Dispõe sobre o Sistema de seleção Unificada -Sisu. Brasília, Brasil, 2012. p. 1–10. Disponível em: https://sisu.mec.gov.br/static/pdf/portaria_2012_n21.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

CÂMARA DE DEPUTADOS FEDERAIS. **ORÇAMENTO DA UNIÃO**. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>. Acesso em: 30 maio. 2022.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; LENK, Wolfgang; MACIEL, Franciele Tonet; PEREIRA, Fernando Batista. Desigualdade de renda e o acesso à educação superior brasileira: a cobrança de mensalidades nas instituições federais é a solução? In: CONFERÊNCIA FORGES 2018, 8., Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: FORGES, 2018.

CASQUEIRO, Mayara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano da Costa Da. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 155–177, 2020. DOI: 10.1590/S1414-40772020000100009. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/aval/a/MpxxT5FmyDYkDkWtJZkpygB/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2022.

CESPEDES, Juliana Garcia; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; OLIVEIRA, Suzana Cristina Pereira de; ROSA, Anderson da Silva. Impact Evaluation of the Student Permanence Program of the Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio**, [S. l.], v. 29, n. 113, p. 1067–1091, 2021. DOI: 10.1590/S0104-403620210002902418. Acesso em: 27 out. 2022.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **Serviço Social & Sociedade**, [S. l.], n. 106, p. 241–266, 2011. DOI: 10.1590/S0101-66282011000200004.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil** – um mapeamento de capacidades e instrumentos. Brasília. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Brasileira - 2010 - Microdados**. 2011. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2010.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2011 - Microdados**. 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2011.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2012 - Microdados**. 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2012.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2013 - Microdados**. 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2013.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2014 - Microdados**. 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2014.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2015 - Microdados**. 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2015.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2016 - Microdados**. 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2016.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2017 - Microdados**. 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2017.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2018 - Microdados**. 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2018.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2019 - Microdados**. 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2019.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2020 - Microdados**. 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2020.zip. Acesso em: 26 set. 2022.

LÉDA, Denise; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 49–64, 2009.

MARQUES, Antônio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, Brasil, v. 42, n. 0, p. 161–192, 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944/4519>. Acesso em: 10 out. 2016.

MARTONI, Valeria Bonadia Marucchi. “EXPANSÃO PARA QUEM?”: UMA ANÁLISE DOS OBJETIVOS DO REUNI E DAS DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO DO BANCO MUNDIAL. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 211, 2016. DOI: 10.21583/2447-4851.rbeo.2015.v2n2.52.

MCCOWAN, Tristan. A base conceitual do direito universal à educação superior. The conceptual bases of the universal right to higher education. **Conjectura**: filosofia e educação, Caxias do Sul, Brasil, v. 20, n. Espec, p. 155–182, 2015. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/3655/pdf_440. Acesso em: 31 maio. 2022.

MCCOWAN, Tristan. EXISTE UM DIREITO UNIVERSAL À EDUCAÇÃO SUPERIOR? **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, Brasil, v. 14, 2020. DOI: 10.5380/jpe.v14i0.71196. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/71196>. Acesso em: 31 maio. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)**. 2022. Disponível em: <https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/>. Acesso em: 31 maio. 2022.

NIQUITO, Thais Waideman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **Planejamento e políticas públicas**, [S. l.], n. 51, 2018.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos De. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** 2019. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2019. Acesso em: 22 maio. 2019.

PAPARINI, Claudia Hilda. Derecho a la educación superior. **Trayectorias Universitarias**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 11, 2019. DOI: 10.24215/24690090E011.

RAFAELA DE ALMEIDA, Mônica. A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28342>. Acesso em: 27 out. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. Democratização do Campus: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **GEA**, [S. l.], n. 9, 2016. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratizacao-do-campus.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Goiânia, Brasil, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>. Acesso em: 27 out. 2022.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S. l.], v. 70, n. 166, p. 435–462, 1989.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **OPNE – Observatório do Plano Nacional da Educação**. 2020. Disponível em: <https://observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

TREMBLAY, Karine; LALANCETTE, Diane; ROSEVEARE, Deborah. **Assessment of higher education learning outcomes - ahelo feasibility study - v.1**. Paris, 2012. Disponível em: www.oecd.org/edu/ahelo. Acesso em: 22 set. 2022.

TROW, Martin. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: Forms and phases of higher education in modern societies since WWII. In: **International handbook of higher education**. [s.l.] : Springer, 2007. p. 243–280. Disponível em: <https://cloudfront.escholarship.org/dist/prd/content/qt96p3s213/qt96p3s213.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

UNESCO. **SITEAL - Sistema de Informações e Tendências Educacionais na América Latina**. 2022. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/pt/eje/educacion_superior. Acesso em: 22 set. 2022.

Informações complementares

Financiamento

Não se aplica.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Leonardo Barbosa e Silva; Rafaela Rodrigues Martins.

Coleta de dados: Leonardo Barbosa e Silva; Rafaela Rodrigues Martins.

Análise de dados: Leonardo Barbosa e Silva; Rafaela Rodrigues Martins.

Discussão dos resultados: Leonardo Barbosa e Silva; Rafaela Rodrigues Martins.

Revisão e aprovação: Leonardo Barbosa e Silva; Rafaela Rodrigues Martins.

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint* (Caso o artigo não tenha disso publicado anteriormente).

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

<https://data.mendeley.com/datasets/sfswzcf7gd/draft?a=cd16e60f-f89a-4cc2-abc0-73d60bce94f2>.

Utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA)

Este artigo não contou com auxílio de ferramentas de inteligência artificial (IA) para redação de nenhuma das seções.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editor

Frederico Braidá

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Leonardo Barbosa e Silva

Graduado(a) em Ciências Econômicas (UFU). Mestre(a) em Sociologia (UNESP). Doutor(a) em Sociologia (UNESP). Pós-Doutor(a) em Ciências Sociais (UC-Portugal). Professor(a) Associado IV, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4397318612814153>

Rafaela Rodrigues Martins

Graduanda em Pedagogia (UFU).
Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Integrante do Grupo de Pesquisa em Pluriepistemologias e Ensino de História (GPPEH/CNPQ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5027200079447887>